



COMO ESTÁ CABO DELGADO?

WEBINAR 9: REASSENTAMENTOS POPULACIONAIS – QUE DESAFIOS?

No passado dia 14 de Dezembro realizou-se o 9º webinar da série “Como está Cabo Delgado?” sobre o tema “Reassentamentos populacionais – que desafios?”, contando com as intervenções de Aparecida Queiroz, Eduardo Carrilho, Mohsin Abdulcarimo e a moderação de Luís Augusto.

DIMENSÕES DO PROBLEMA

A intensificação do conflito militar em Cabo Delgado já se traduziu na deslocação de cerca de meio milhão de indivíduos, a maioria dos quais se concentrou nas áreas circunvizinhas ao conflito, prolongando-se pelas províncias vizinhas do Niassa e Cabo Delgado. As populações deslocam-se em função de recursos disponíveis, nomeadamente valores para financiamento de transporte e familiares nos locais de destino, assim como em função das informações existentes em termos de ajuda alimentar. Em vários distritos formam-se campos de deslocados concentrando dezenas de milhar de indivíduos. Da mesma forma, diversos bairros da cidade de Pemba acolheram milhares de deslocados vindos por via marítima, conduzindo à densificação populacional, saturação de infraestruturas urbanas e aumento da informalidade.

Muitos destes indivíduos, que já viviam em situação de pobreza e com imensas privações, estão hoje completamente desprovidos de recursos e de bens materiais e totalmente dependentes de ajuda. A primeira grande dificuldade enfrentada pela assistência humanitária é o apoio alimentar. Segue-se a necessidade de providência de condições de alojamento (tendas, esteiras e rede mosquiteira). Não obstante o esforço de muitas organizações humanitárias e de empresários locais ao nível da distribuição de alimentos e construção de abrigos, o trabalho tem sido insuficiente, tendo em consideração as dimensões do problema.

Os deslocados apresentam-se psicologicamente afectados pela violência e perda de recursos, vulneráveis, e com necessidade de apoio psicossocial. Muitos indivíduos desconhecem o paradeiro de familiares e carregam o luto pela perda de entes próximos, invariavelmente de forma violenta. A não realização de ritos fúnebres ou de ritos de iniciação é gerador de ansiedade.

COMPETIÇÃO PELO ACESSO A RECURSOS

A chegada repentina de dezenas de milhares de indivíduos aumentou a pressão e competição pelo acesso a recursos escassos, gerando receios por parte das populações acolhedoras. Ainda não refeitas de choques resultantes de inundações e destruição de culturas, para muitas populações locais os deslocados representam um competidor, mas também a chegada do conflito armado, pelo que tendem a relacionar-se com desconfiança e agressividade. A situação reflecte-se, não só nos campos de reassentamento, como também no seio de famílias acolhedoras, elas próprias também afectadas pelo conflito e descapitalizadas pela interrupção de circuitos comerciais, quer em resultado do conflito, quer em resultado da declaração de Estado de Emergência. Pelo facto de não ser suficiente para todos os indivíduos e de constituir uma oportunidade de atitudes oportunistas por parte de líderes comunitários e famílias locais não deslocadas, o processo de distribuição alimentar é gerador de conflitos entre indivíduos. Existem relatos de fome, de desvio da ajuda humanitária e de senhas de abastecimento.

DESAFIOS À REINTEGRAÇÃO SOCIOECONÓMICA DA POPULAÇÃO

Entre as populações deslocadas constata-se múltiplas perspectivas em relação ao futuro. Para uns, o reassentamento representa a esperança de reinício de actividades socioeconómicas (produção agrícola ou pecuária, etc.), ainda que persista a insegurança e incerteza do avanço militar. Outros revelam a vontade de regresso ao espaço de origem e de recuperação de recursos anteriormente detidos, ainda que sintam medo e ansiedade. Os projectos futuros tendem a ser influenciados pelas diferentes experiências das famílias com os grupos armados, nomeadamente raptos, destruição de habitações, mutilações e assassinatos, etc.

O reassentamento de centenas de milhares de indivíduos vai representar um grande desafio em termos de infraestruturas e serviços públicos, relacionados com água e saneamento, educação e saúde, mas também electrificação e rede comercial. É neste sentido que urge implementar um projecto integrado de desenvolvimento do Norte de Moçambique. Dada a urgência da situação e face às crescentes dificuldades das organizações humanitárias em assegurar a assistência alimentar, a implementação de um projecto de intervenção não poderá demorar longos meses. A chegada das chuvas, o risco de uma epidemia de cólera e a necessidade de restabelecimento de condições de produção, torna urgente uma intervenção.

Uma reintegração socioprofissional da população deverá considerar aspectos, como:

- Caracterização socioprofissional da população deslocada, identificando competências e experiências profissionais e definindo planos de intervenção com diferentes pacotes de apoio para início ou expansão de diferentes actividades económicas;
- Alargamento urgente da rede de formação profissional, envolvendo os parceiros existentes no terreno, entre os quais, as organizações religiosas com vocação no ensino técnico. Recomenda-se a organização urgente de cursos profissionais intensivos e de curta duração, em áreas técnicas de procura no mercado;
- Acompanhamento sociopsicológico das vítimas, reconstrução da confiança e de laços com os locais de origem, sendo necessária a formação e envolvimento nesse processo de especialistas locais e líderes comunitários;
- Necessidade de alargamento das lógicas de conteúdo local à indústria humanitária, adquirindo produção local ou nacional ou integrando jovens locais nesse processo, capitalizando o respectivo conhecimento da realidade local;
- Maior participação e inclusão no processo de definição dos locais de reassentamento, envolvendo populações deslocadas e autóctones. Torna-se importante garantir às populações o direito sobre as áreas involuntariamente abandonadas.
- Necessidade de a grande indústria do *oil&gas* intensificar os seus projectos de responsabilidade social, apostando na formação, no apoio sanitário e no conteúdo local.

A INDÚSTRIA DO *OIL&GAS* – CAUSA OU SOLUÇÃO PARA O PROBLEMA?

Ainda que a exploração de gás possa vir a ser geradora de receitas para o Estado moçambicano, a realidade é que a disponibilidade destes grandes projectos privados atenuarem o problema humanitário é bastante limitada. Num cenário marcado pelo analfabetismo generalizado, pelo défice de competências técnico-profissionais e pela descapitalização dos empresários locais, a possibilidade dos projectos de *oil&gas* de absorverem mão-de-obra local é reduzida. A realidade é que as melhores ofertas de emprego estão a ser preenchidas a partir do exterior ou do Sul do país. Um grupo reduzido de indivíduos locais tem acesso a cargos subalternos, exigentes de poucas qualificações e nos escalões inferiores de salários, como vigilantes ou ajudantes de limpeza, aumentando as desigualdades sociais entre locais e *vientes*.

Ainda que possam vir a ter um efeito paliativo, os apoios dos projectos de *oil&gas* ao nível da responsabilidade social não terão um impacto transformador da realidade, pelo que urge repensar todo o modelo de desenvolvimento de Moçambique, em geral, e do Norte do país, em específico, dando preferência a modelos de trabalho intensivo, com maior relação com o tecido económico local, com efeitos multiplicadores sobre a economia e geradores de emprego. Uma solução integrada para o conflito deverá

privilegiar o investimento na agro-pecuária, pesca, agro-transformação, assim como pequenas oficinas e serviços locais, entre outros projectos. Torna-se necessário um amplo debate nacional sobre os modelos de desenvolvimento que se pretendem para o país, assim como o estabelecimento de políticas públicas estáveis e de longo prazo, coerentes com essa necessidade.